

ROBSON SÁVIO: A gentileza de todos tomarem os seus lugares, para nós iniciarmos então a nossa segunda audiência pública desse ano. Bom, meu nome é Robson Sávio, coordenador da Comissão da Verdade aqui em Minas Gerais. E eu gostaria de convidar para compor a mesa a Professora Maria Ceres Pimenta Espínola Castro, que é Coordenadora da Subcomissão VI, que trata entre outros temas da repressão a estudantes, professores e servidores de instituições de ensino superior. Para iniciar a nossa audiência pública, essa coordenação irá facultar, atendendo que um pedido 03 minutos para o representante da UNE, Márcio Leite Brito, para que ele possa saudar os presentes.

MÁRCIO LEITE BRITO: Eu vos contemplo da face oculta das coisas, meus desejos são inconclusos. Minhas noites sem remorsos. Eu vos contemplo pelas grades insensíveis, meu sonho é uma grande rosa. Minha poesia, luta. Eu vos contemplo da virtual extremidade. Minha vida pela vossa, meu amor vos liberta. Eu vos contemplo da própria contingência, mas minha força é imbatível, porque estás a espera. Eu vos contemplo, pelo fogo da batalha. Meus soldados não se rendem, o grande dia chegará. Eu vos contemplo gerações futuras, herdeiros da paz e do trabalho. As grades esmaecem ante o meu contemplar. Essa poesia foi escrita por um militante assassinado na ditadura militar, Manoel Bezerra dos Santos, que foi presidente da Casa de Estudantes de Natal, delegado ao Congresso de Ibiúna da UNE e quero saudar aqui todos os presentes, companheiros e companheiras. Dizer que a importância da luta contra a ditadura militar de cada um que está nessa sala, que participou desse processo é o que garante que hoje, hoje mesmo nessa data, a gente esteja aqui algumas quadras ao lado realizando uma eleição de delegados para o 55º Congresso da UNE que vai acontecer agora em junho e que se não fosse essa resistência, essa abnegação e essa luta incansável dos companheiros e companheiras, hoje nossos, essa democracia frágil que a gente tem não é? Que a gente inclusive vive um processo de crise atual, esfacelamento dessa democracia, inclusive pela qual os companheiros lutaram para que fosse garantida, mas que também fosse superada não é? Muitos companheiros lutavam para uma democracia diferente dessa do que a gente tem hoje, mas nem isso a gente não teria se não fosse essa abnegação e essa luta, essa resistência dos companheiros durante o processo da, de tristíssima memória, a ditadura militar. Então quero deixar aqui a saudação em nome da União Nacional dos Estudantes, o agradecimento que a UNE tem pelos companheiros e companheiras e o reconhecimento eterno, inclusive de que nossa luta não acabou não é? Para além de apurar os fatos que a gente inclusive acredita que ainda falta muito a se apurar, é necessário que se lute pela punição aos torturadores e assassinos da ditadura militar. Porque são essa, é essa impunidade que

mantém inclusive até hoje a impunidade da Policial Militar que continua reprimindo os movimentos sociais, que continua torturando nas favelas a juventude negra das periferias, que continua exercendo tortura nos porões dos Amarildos, das Cláudias, dos vários desaparecidos políticos que nós ainda convivemos em pleno século XXI no nosso país. E que sem dúvida nenhuma essa mesma impunidade, que o Estado brasileiro e as instituições militares se recusam a apurar, elas são responsáveis também por uso e que se mantém essa impunidade, que se mantém essa perseguição aos movimentos sociais. Então a UNE está presente na luta. Estamos aí também juntos pela apuração dos casos, pela abertura dos arquivos da ditadura que agora foi anunciado que vão abrir, mas que ainda falta muito para se cavucar nessa terra. Ainda faltam muitos ossos dos nossos companheiros para voltarem para os seus familiares e estamos na luta pela memória, pela verdade, sobretudo pela justiça. Agradecer o espaço que a mesa concedeu aqui pra gente e até a vitória. Saudações estudantis aí para todos.

ROBSON SÁVIO: Muito obrigado Márcio. Eu gostaria de convidar para compor a mesa e fazer uma saudação aos presentes, o Secretário de Estado dos Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, nosso querido Nilmário Miranda. Enquanto o Nilmário chega até a mesa, eu gostaria também de registrar uma mensagem do Senhor Governador dirigida a essa coordenação: “Prezado Coordenador, grato pelo cordial convite para audiência pública. Repressão ao Movimento Estudantil em Minas Gerais, no período da ditadura militar. Lamento que compromissos previamente assumidos, impeçam o meu comparecimento. Entretanto dada a relevância do evento, informo-lhe que o Secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda, irá representar-me na ocasião. Com votos de sucesso, Fernando Pimentel, Governador do Estado.” Com a palavra, o Nilmário.”

NILMÁRIO MIRANDA: Bom dia a todas. Já acostumou né? Bom dia a todas. Aí os todas, sintam-se incluídos. É uma brincadeira. Mas então gente, eu ontem estava no, viu Robson, Célia, amigos e amigas aqui. Ontem foi a posse da nova direção da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal em Brasília. Teve uma audiência pública, sempre é assim. E vão todas as entidades nacionais, todos os campos temáticos. Participa dessa audiência, é um pouco para buscar a agenda do ano, né? Para a Comissão de Direitos Humanos que até é uma comissão importante no país. Apesar de que teve um ano aí que ficou nas mãos de um anti-direitos humanos, que é o Marco Feliciano, mas nos últimos 03 anos, só um defensor de direitos humanos que dirige. Ontem foi a posse do Paulão, um deputado de Alagoas e a Érica Cocai como vice. E parecem todas

as demandas, agendas propostas, sugestões, críticas não é? Uma coisa está clara pela audiência de ontem. Esse tema da verdade e da memória saiu no Governo Federal está fora da agenda. Não se fala nisso. Esse assunto ninguém toca, que é um ponto importantíssimo que com a criação da Comissão Nacional da Verdade em 2012, já havia comissões de verdade feitas em alguns lugares não é? E inclusive aqui nossa aqui foi instituída após ela. Isso é uma perda. Aqui no meu entendimento, esse campo aí dos direitos humanos, incorpora como um direito e garantia importantíssimo. Memória e verdade tem o mesmo status que as demais historicamente, demais temas que compõe o ideário dos direitos humanos. Segundo, eu vi também um, o (ininteligível) deu AP de, da Procuradora-Federal dos Direitos do Cidadão para por se é ação de juízes, uma preocupação muito seria com a democracia. Aqui e o rompimento do pacto democrático no Brasil. E da Constituição de 88, essa análise é mais forte do que eu pensava. Era a minha opinião mas tomava como opinião. Eu estou vendo que é um grande, uma preocupação generalizada inclusive com a proposta de fazer um pacto entre diferença para preservar a democracia. E ali disposição como sinais principais o tripé da seguridade social, foi considerado um pilar da Constituição. Uma Previdência que garanta um direito, saúde que é um direito de todos e dever do Estado, assistência social ao cidadão. E também o outro pilar é um trabalho decente. Entre, não sei quantos pilares tem, mas seguramente é um dos pilares da Constituição também que está sendo colocado em xeque não é? A noção do trabalho decente está sendo bombardeada. Mas também no campo dos direitos civis e políticos não é? Dos gerentes civis, a ideia da presunção de inocência que faz a diferença não é? Se uma democracia tem direitos mas eu não tenho, isso é puramente formal. Também está posta em dúvida. Assim como os direitos políticos é o princípio da soberania popular que tem uma Constituição que começa com ela. Todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido. Então a soberania popular foi colocada em xeque, foi, é como através do impeachment sem clara configuração de um crime de responsabilidade. Acabou sendo afastamento de um, a negação da soberania popular e isso aí as consequências cada grupo que falava ali, enumerava que na sua área está havendo um retrocesso. Foi só os indígenas, Paulo Afonso está aqui mas ali os indígenas. Tem um desmonte da Funai, um desmonte. Essa semana foram demitidas 75 pessoas praticamente torna a Funai quase inoperante. O Inca também está em desmonte. Vem o pessoal do MST e fala que tem 16 militantes do MST. Do MST mas tem de outros movimentos também, presos no Brasil hoje. Lá Em Recife tem dois militantes do MST que estão há 08 anos presos. Vai fazer 09. Com prisão preventiva. Com prisão provisória, sem julgamento. Estão mantidos com prisão preventiva. 08 anos. E então é claro que também prisão de manifestantes. A

hora que nós vamos discutir aqui a questão do movimento estudantil e com ditadura e de repente a ente vê que em alguns estados, a regra é repressão a manifestações. Não é? Direito a manifestação expresso na Constituição, que parecia consolidar, de repente, não é bem assim, não é? Não está, essa coisa não estão tão estabelecida. Então no nosso caso aqui, eu acho que é importante a atuação dessa comissão e ligado não só a recuperar o que aconteceu. Mas importante o que virá, que recomendações, do que se retira da experiência do trabalho dessa comissão não é? Então acho que nesse sentido, acho que Minas Gerais está buscando ficar a parte desse clima de retrocesso. Mantendo as grandes pautas não é, digamos, que relaciona democracia e direitos humanos e direitos humanos e democracia. Não é? Estão muito presentes aqui. E segundo, e por fim falar sobre o DOPS não é? Também que eu acho que tem tudo a ver. Vocês estão sabendo que finalmente as mulheres que estavam ali presas ali no CERESP Mulher, saíram de lá e já está pronto praticamente o lugar que vai legar a Polícia Civil, que é na parte de cima do DOPS, são duas coisas, prisional e Polícia Civil e com isso nós começamos a acelerar a transformação do DOPS num Memorial de Direitos Humanos. No sábado a CUT fez um congresso, terminou o congresso na porta do DOPS, mais de mil pessoas. Foi ato na porta do DOPS. Interessante, não é, que sinal dos tempos. Mas a nossa ideia é fazer uma coisa bem rápida. Nós estabelecemos como uma meta no dia 31 de março do próximo ano, inaugurar o Memorial onde funciona o DOPS. E o DOPS é um símbolo do que separa a democracia da democradura, da dita branda, da democracia formal com autoritarismo. O DOPS simboliza. Transformar em memorial de direitos humanos que numa democracia não cabe punir a dissidência política, nem criminalizar o conflito social e o movimento social. A democracia sua grande qualidade é essa, entre muitas de admitir o conflito. Normal, quer dizer, nós precisamos até definir democracia que admite o conflito de classes, que o conflito de várias enfim, em suas várias direções não é? E o DOPS simbolizou isso. Quer dizer, ficou ali, foi criado em Minas em 27, olha só, quase um século. Fazer 90 anos esse ano que foi criado. E naquele lugar ali, em junho do ano que vem fará 60 anos que está, funcionou para esse fim. Ele foi feito para abrigar uma delegacia de ordem e política social. Em algum momento, chamou delegacia de vigilância social. Não foi só na ditadura. Foi antes da ditadura também. Atravessou todo o período da Conselho de 46 funcionando como, olha, você precisa de uma delegacia de ordem e política social ou de vigilância social, porque na verdade aquela democracia não admitiu conflito, como parte, como parte da democracia que é a democracia, tem obrigação de lidar com ele. Então é bom também deixar essa. E estamos aguardando, nós vamos fazer, a comissão vai fazer com a Secretaria de Direitos Humanos uma reunião proximamente para discutir o desdobramento até o

fim do trabalho da Comissão da Verdade em Minas e claro, nós vamos aguardar o relatório final para ver as recomendações também. E o quê que mesmo, quando extinguir o trabalho da comissão, o quê que nós vamos continuar fazendo como política? Só nós tivermos a informação, a Ceres estava lá, o Robson também, acho que demais pessoas aqui que estavam presentes lá. O arquivo público, Tiago Veloso nos informou que já tinha aqueles 98 rolos, foram microfilmados. Levou anos, anos e anos para microfilmar os rolos. Aqueles 98 não é? Que foram a duras penas retirados da Secretaria de Segurança Pública em 2008, antes de 2000, aquela CPI, depois da CPI da Assembleia que agora recebeu mais 500 rolos. Só isso aí, o trabalho se for no ritmo que foi feito os 98, vai levar 20 anos, e nós não podemos esperar 20 anos para conhecer o conteúdo daqueles 500 rolos que chegaram não é? No arquivo público do DOPS de informações que estavam escondidas não é? Em pleno período democrático. Isso após a Constituição de 88, após a Constituição Estadual, permaneceu por um longo período aí e agora aparece adicional de insalubridade 500 rolos que foram localizados dentro do aparato de segurança do Estado. Não é? E entrega para quem deveria entregar, ao arquivo público não é? Está claro que nós também queremos dar sequência ao trabalho da Comissão da Verdade. De outros modos através de políticas públicas, de memória, verdade. A de justiça infelizmente companheiro da UNE não depende de nós, porque isso aí infelizmente em 2010 o STF poderia ter, não teve a coragem de fazê-lo não é? Não teve coragem de fazer porque o argumento de manter a anistia a torturadores, um argumento político, falso. Representava uma demanda da época, como se fosse um grande consenso, quando na verdade a anistia com esse formato passou por 08 votos. E como a oposição era, o MDB era menor do que, bem menor do que a Arena, uma grande parte da Arena votou pela quase derrota, a proposta de anistia parcial. Que protegeu os torturadores e excluiu mortes aparecidos, etc, tortura, depreciação da anistia. Mas o STF manteve não é? Apesar de sentenças internacionais que não reconhecem esse modelo de anistia, que o Brasil deveria se adaptar e cumprir, não fez. Mas nós vamos depender também de um, não deixar isso, essa luta morrer nunca. Nem no âmbito do Congresso, nem no âmbito da justiça não é? Nós, um mineiro nosso aqui, anteontem, o Arnaldo Cardoso Rocha. Ele tinha um processo que a família fez, lara e tal para sua morte dele, que tem evidências por erro do Estado, foi responsável por violação de direitos, foi arquivado. Mais uma não é? Que foi arquivado caso. Que é quase uma sequência não é? Claro, não acabou e não vai acabar não é? Então essa, a luta pela memória a verdade e justiça, tem na Comissão da Verdade uma de suas grandes momentos em Minas Gerais. Então a gente está aqui em nome do Governador, em meu nome, em nome do Governo, para dizer do nosso apreço pelo trabalho que está sendo feito pela

Comissão da Verdade. Obrigado.

ROBSON SÁVIO: Muito obrigado Nilmário, você fica à vontade. Eu sei que você tem a sua agenda, a sua agenda ampla, mas fiquei à vontade. Eu gostaria de registrar aqui a presença e cumprimentar o Sub-Secretário de Promoção dos Direitos Humanos Doutor José Francisco, os conselheiros da COVEMG aqui presentes, o Carlos Melgaço, o Jurandir Persechini, Emely, a Celina Albano. Eu vi também que também estava aqui, queria cumprimentá-los. Está lá atrás, ok. O pessoal da equipe técnica da COVEMG. Temos parceiros da Defensoria Pública, muito obrigado a todos pela presença. Bom, iniciando efetivamente essa audiência pública, eu gostaria de convidar para compor a mesa, Emely Vieira Salazar. Paulo Teles. Jésus Santiago e o Américo Antunes. Por favor, fiquem à vontade. Claro, fiquem à vontade. Segundo a legislação que criou a Comissão da Verdade em Minas Gerais, compete à COVEMG esclarecer os fatos e circunstâncias dos casos de graves violações aos direitos humanos e direitos fundamentais. Identificar e tornar públicos os locais, as instituições, as estruturas e as circunstâncias relacionadas direta ou indiretamente à prática de violações aos direitos fundamentais, inclusive as suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade civil. Recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir ofensas aos direitos fundamentais. Promover com base nos informes obtidos e a averiguações efetivadas, a reconstrução da história dos casos cabíveis em suas atribuições, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas e seus familiares. O artigo 5º da Lei 20765/2013 que instituiu a Comissão da Verdade em Minas Gerais, determina que para a execução de seus objetivos, a COVEMG poderá entre outras atribuições, solicitar qualquer informação e documento diretamente dos órgãos e entidades públicos, promover audiências públicas, determinar a realização de perícias e diligências e pedir o auxílio de entidades para tomar o depoimento de pessoas que guardem relação com os fatos e as circunstâncias examinadas pela comissão. Por meio de audiências públicas, a Comissão da Verdade em Minas Gerais pode direcionar a atenção governamental e pública a instituições específicas, tais como os meios de comunicação, as prisões, as instituições judiciais, as graves violações a segmentos específicos, no caso o Movimento Estudantil, servindo assim de catalisador do debate sobre a função que essas instituições e movimentos cumpriram no passado e as medidas que devem ser tomadas no futuro para incrementar sua efetividade e sua capacidade para proteger e promover os direitos humanos. Esta é a segunda audiência pública da COVEMG neste ano. No último dia 23 de março, realizamos uma audiência pública com o grupo de jornalistas mineiros, para tratar da censura aos meios de comunicação de massa em Belo Horizonte no período da ditadura civil militar. Foram convidados a

falar sobre suas experiências os jornalistas Aloísio Moraes, Carlos Lindembergh, Manoel Marcos Guimarães, Miriam Cristo, Vilma Fazito, Washington Melo e o Secretário de Estado dos Direitos Humanos, Participação e Cidadania, Nilmário Miranda. Hoje ouviremos lideranças e representações estudantis dos estudantes que lutaram naqueles anos de chumbo. Para audiência pública intitulada “Repressão ao Movimento Estudantil em Minas Gerais no período da ditadura.” Nesta audiência, serão colhidos testemunhos de estudantes universitários que sofreram a repressão da ditadura militar em nosso Estado. Também serão lembradas circunstâncias de fatos relacionados à luta no meio universitário, que resgatam uma memória de graves violações de direitos humanos, ocorridas na época do regime militar. Nos depoimentos serão rememorados episódios de repressão, que ocorreram em Belo Horizonte, no interior do Estado. Dentre eles, a aplicação do Decreto-Lei 477, as intervenções militares nas universidades. As prisões de estudantes. O Congresso da UNE em 68, quando foram presos estudantes de instituições de ensino superior de Minas Gerais e também o 3º Encontro Nacional de Estudantes, realizado aqui em Belo Horizonte. Essa audiência será realizada em duas etapas. Pela manhã e à tarde, e será coordenada pela Professora Maria Ceres Pimenta Espínola Castro, integrante da COVEMG e coordenada da Sub-Comissão VI que entre outros temas, trata da repressão ao movimento estudantil e as universidades mineiras. A Professora Ceres também informará aos presentes as regras. Aos presentes, as regras dessa audiência pública. Quero de antemão, em nome da COVEMG agradecer muito a presença e a contribuição dos nossos depoentes. Tanto agora pela manhã, quanto à tarde e que faço questão de citar os nomes. O Aluísio Marques, a Samira Zaidan, Gildásio Consenza, Valdete Silva, Emely Salazar, Paulo Teles, Eleonora Menicucci, Jesús Santiago, Américo Antunes e Marcos Aguiar. Que darão seu testemunho sobre as formas de repressão sofridas pelos universitários e universitárias no período da ditadura militar. Eu passo a palavra então para a Professora Maria Ceres.

MARIA CERES: Bom dia a todas as pessoas que estão aqui. Eu gostaria de dizer que esta Subcomissão é, esse grupo que é a repressão, que trata da repressão às universidades e ao movimento estudantil, ele integra a 6ª Subcomissão da COVEMG que trata do tema Outros Direitos Fundamentais Violados. E o qual nós temos 04 grupos. Um que é a questão dos representantes políticos cassados por lei de exceção e dos servidores públicos que foram aposentados também por atos de exceção. O outro que é a questão da censura aos meios de comunicação aos espetáculos artísticos e culturais, intérpretes. Terceiro, que é a repressão às universidades mineiras e ao movimento estudantil e o quarto grupo dessa Subcomissão é a questão das crianças e

adolescentes, cujos que não puderam conviver com os pais, porque eles foram mortos ou desapareceram ou ficaram presos um período muito grande. Além dessa Subcomissão, eu queria dizer para vocês que nós temos uma subcomissão coordenada pelo companheiro Melgaço, que trata da questão dos mortos e desaparecidos políticos naquele período da ditadura. Uma outra subcomissão que trata no seu grupo, que é coordenada pela Professora, Companheira Emely que trata da questão da tortura, torturadores e locais de tortura onde ela tem também a colaboração do grupo da companheira Celina Albano. Uma Subcomissão, um grupo na subcomissão que diz respeito aos trabalhadores urbanos e sindicalistas, que é coordenado pelo companheiro Jurandir Pessechini. O outro grupo que é relativo aos trabalhadores rurais e camponeses que é coordenado pelo Robson Sávio. Uma outra Subcomissão que trata das questões relativas à perseguição aos membros de igrejas aqui. E que é coordenado pela Celina que também colabora na questão dos locais de tortura que foram identificados. Estão sendo identificados aqui em Minas Gerais. O companheiro Paulo Afonso coordena a Subcomissão que trata das questões relativas às etnias indígenas. Todo esse trabalho é feito a partir de pesquisas em arquivos públicos e privados, consulta a bibliografia e depoimentos e testemunhos tá? Que ideia da comissão, não a ideia, o norte da comissão é que todos os eventos que pesquisamos, eles precisam de evidências testemunhais, documentais e aquelas que a gente chama de bibliográficas, ou seja, aquilo que foi publicado, portanto pôde ser ou comprovado ou questionado não é? E essa audiência aqui ela tem exatamente a função de colher depoimento das pessoas que tiveram papel importante na resistência do movimento estudantil à ditadura militar. Nós temos colhido também depoimentos, oitivas não é? Depoimentos individuais de diferentes pessoas. Há 02 dias atrás, Paulo Teles. Desculpa. Eu me encontrei depois de 49 anos com o Gugu, Luiz Gonzaga Souza Lima. Tinha 49 anos que a gente não se via. E eles esteve aqui, nós estávamos convidando para ele participar dessa audiência pública entretanto ele não pôde, mas vai voltar a Belo Horizonte para nos dar um depoimento tá, colhido de forma individual Então isso é extremamente importante para nós. Ter a fala, a memória das pessoas. Que não é como muitos de nós não é Nilmário, militamos naquela época no movimento estudantil. Então eu queria dizer para os presentes de que as pessoas aqui na mesa, elas vão ter a fala pela chamada que a gente vai fazer. Elas vão ter o tempo que elas considerarem necessário para fazer a sua, o seu depoimento. Esta audiência pública, ela não se caracteriza como um palco ou um local de debate. Entretanto se houver tempo no final da manhã e a mesa tiver ainda condições de responder a questões, as pessoas na mesa viu Protésio, até hoje fica gozando a gente. É, as pessoas aqui da mesa tiverem condições e tempo para responde

questões, pode ser feitas as perguntas. Se a gente considerar que pode ser aberto isso. E nesse momento eu quero passar a palavra para o Robson para fazer, ou você quer que eu mesmo passe? É, então eu vou passar a palavra para o companheiro Américo Antunes que em virtude de questões particulares, ele solicitou que ele fosse a primeira pessoa a se manifestar, tá: muito obrigado Américo, tem a palavra.

AMÉRICO ANTUNES: Bom dia. Eu gostaria de em primeiro lugar saudar essa comissão pelo trabalho que vem realizando de resgatar a história e sobretudo a memória dos anos de luta contra a ditadura militar entre 64 e 85. Uma iniciativa da Secretaria de Direitos Humanos, o companheiro Nilmário, extremamente importante para que esses fatos e essa história não se repita e sobretudo recomende ações nesse sentido para não só governos, mas também a sociedade. É, gostaria de agradecer ao Robson, a Ceres, pela oportunidade de estar aqui com vocês. Peço desculpas antecipadas porque eu não vou poder ficar durante o dia em razão de um problema familiar. Na família, então enfim, eu não poderei ficar durante todo o dia. E por isso exatamente solicitei que falasse antes. Então vamos, mas vamos lá à questão em tela, em discussão aqui e para qual a gente foi convidado. Eu participei do movimento estudantil num período que poderíamos dizer, a gente chamava na época, o termo continua atual para entendê-lo que era de reascenso do movimento estudantil, ascensão do movimento estudantil. Nós tivemos um período como todos sabem extremamente violento no final dos anos 60 com a distribuição das entidades estudantis. Em geral as uniões estaduais de estudantes, a UNE, os próprios DCE's começaram inconstitucional a ser eleitos por ou escolhidos pelo voto indireto dos conselhos de representantes. A direita tomou conta da maioria das entidades estudantis, não só aqui no Brasil, mas no país e a partir de meados dos anos 70, começa a haver portanto uma retomada do movimento estudantil, uma reorganização do movimento estudantil, com a conquista de diretórios acadêmicos, centros acadêmicos em todas as universidades, realização de eleições diretas para os diretórios centrais de estudantes ou então criação de entidades livres, independentes como foi o caso do DCE livre da USP, o DCE Livre da PUC São Paulo em universidades onde não foi possível pelas vias "legais" reconquistar essas entidades, e partiu então para a construção de alternativas independentes, organizações independentes. E nesse processo de retomada, se destacou muito os encontros de área, da medicina não é Jéssus? O encontro de estudantes de medicina, de engenharia, veterinária, da comunicação, enfim. Houve um articulação inicial bastante forte a partir desses movimentos específicos de cada área da universidade, com destaque para a engenharia, com destaque para a medicina, que foram grandes encontros não é, dos estudantes universitários dessa área e que

começou daí a irradiar esse processo de retomada do movimento estudantil. Nós vivíamos como todos aqui sabem um momento extremamente particular ou singular da história da ditadura militar após a repressão do Governo Geisel, aliás, do Governo Médici inicialmente, com a repressão ao Araguaia, com os atentados, os desaparecimentos, as mortes. Era um momento também de crise econômica mundial. A partir de 74 com a crise do petróleo. A inflação começava a retomar. O Governo Geisel com a abertura lenta, gradual e segura, como se dizia à época, e havia por outro lado também uma repressão localizada. As organizações de esquerda particularmente o momento importante em ebulição política na sociedade, embora ainda houvesse uma timidez ou uma incapacidade orgânica dos estudantes de ocuparem um espaço mais protagonista no processo da luta contra a ditadura militar. E isso vai acontecer porque está ruim aqui o microfone? Tá. Isso vai acontecer nos anos, a partir de 76, 77. Nós temos fatos importantes na conjuntura nesse período, que é o caso do assassinato do Vladimir Herzog, as primeiras manifestações na Igreja da Sé em São Paulo, lideradas pelo Sindicato dos Jornalistas na época, com Dom Paulo Evaristo Arns. Há um processo de ebulição também que vai acontecer com a repressão no DOI-CODI de São Paulo, com o afastamento do Frota. Quer dizer, então é um momento de turbulência embora no plano político, nós houvéssemos os senadores biônicos da Arena, compostos pelo Pacote e Abril de 1977. Então era um conjuntura tanto do ponto de vista econômico como político, extremamente propícia a um processo de ressurgimento, retomada do movimento estudantil, que acontecer exatamente a partir de 1977 de forma mais enfática, de forma mais orgânica com o processo das primeiras repressões, no caso a prisão de companheiros em São Paulo, que faziam uma convocatória para o dia 1º de maio de 1977. Eles foram presos. Imediatamente o movimento se reorganizou em São Paulo. Saiu para, 5 mil estudantes foram para o Viaduto do Chá, apesar da polícia ter proibido as manifestações de rua. Daí se estendeu para Belo Horizonte, se estendeu para Brasília, se estendeu para Rio Grande do Sul, Porto Alegre, como um efeito em cadeia, os movimentos, o movimento estudantil então assumiu um protagonismo de ir às ruas, de enfrentar o regime, enfim, um momento novo que se ensaiava naquela conjuntura e que vai ter aqui exatamente em Belo Horizonte, exatamente há 40 anos, vamos fazer 40 anos agora no dia 04 de junho de 2017, 40 anos da repressão ao 3º ENE, que foi portanto um 3º encontro nacional que se pretendia realizar aqui em Belo Horizonte, na Escola de Medicina, onde então se pretendia pactuar com os diretórios centrais dos estudantes, que a reconstrução, o processo de reconstrução por via de congresso da União Nacional dos Estudantes, proscrita desde os anos 60. E esse movimento então foi duramente reprimido. Houve o cerco da Faculdade de Medicina pelas forças, o Governador era o Aureliano

Chaves na época, bom lembrar. Havia uma articulação direta da força de segurança, o Dênio Moreira era o Secretário de Segurança Pública, uma articulação direta com o forte apache em Brasília. Que se desencadeou então essa repressão ao 3º ENE, com o cerco da Faculdade de Medicina. Os estudantes que lá estavam em vigília a partir do dia 03, que era uma sexta-feira à tarde, exatamente para aguardar os colegas de outros estados, quando então se chegou as notícias de que lá, Belo Horizonte estava sitiada. Todos os postos da Polícia Federal nas entradas principais da cidade, vindo de São Paulo, da Bahia, do Rio de Janeiro estavam cercados. Os ônibus estavam sendo parados e aqueles estudantes estavam “suspeitos” que vinham para o 3º ENE estavam sendo presos. Em seguida houve portanto no sábado pela madrugada o cerco da universidade, da Faculdade de Medicina da UFMG, um cerco que se prolongou durante todo o dia, todo este sábado. Até que a polícia com voz, deu a ordem de invasão da universidade, apesar da violação da autonomia universitária, postulada pela reitoria, pelo diretor da faculdade, e houve portanto naquela época os números são imprecisos. Só dentro da faculdade teriam sido presos cerca de 400 estudantes, 400 jovens, eu inclusive estava entre eles naquela época, juntamente com Samira, não é Samira? Eu acho que o Jésus também estava lá, estávamos todos lá naquele dia, levados então para a Gameleira, onde fomos todos nós com fome, porque eles tinham passado o dia sem comer, todas balas da DA da medicina tinham acabado, e os salgadinhos também, refrigerantes. E ficamos então lá na Gameleira, naquelas baias onde se colocam as vacas para exposição, com as baterias de policiais da segurança juntamente com os fotógrafos fazendo a triagem de cada um de nós, com o velho interrogatório. Você é de organização clandestina, qual é? Você está mentindo. Eu vou contar para o seu pai. Enfim, todas as formas de repressão inimagináveis para que a gente então confessasse que estávamos de alguma forma identificados com uma das tendências que disputavam a liderança do movimento estudantil na época. Do lado de dentro da Gameleira foi esse o processo. Da mesma forma que os companheiros que tinham sido presos nas barreiras policiais, parte deles também tinha sido levado para a Gameleira. E dali os chamados suspeitos de alta periculosidade, os terroristas não é? Foram então selecionados e levados exatamente para o DOPS da Afonso Pena e boa parte deles, inscritos na Lei de Segurança Nacional ou iniciados os processos para enquadramento como terroristas na Lei de Segurança Nacional. Apesar dessa forte repressão, ela foi exatamente o estopim da retomada do movimento estudantil. A partir daí a coisa virou fogo de morro abaixo, porque ao mesmo tempo a Universidade Nacional de Brasília entrou em greve, não é? Os colegas da UNB entraram em greve, uma greve prolongada, mais de 02 meses de greve. Uma greve sangrenta, porque se enfrentava ali um general, um capitão do exército, o Capitão

Azeredo, Azevedo, era o reitor da universidade. Daí o movimento foi se enraizando nas universidades. Realizamos apesar de proibido o 3º ENE em São Paulo, em setembro. O Erasmo Dias era o Secretário de Segurança Pública. Se aqui a repressão já havia sido violenta, já havia sido constrangedora, já havia sido dramática, em São Paulo, foi pior ainda na PUC, na TUCA porque três meninas foram literalmente incendiadas, pegaram fogo, jogaram fogo nas meninas, elas foram levadas inclusive internadas, exatamente pelas queimaduras que sofreram no corpo. Outros 1.500 estudantes foram também presos e triados em São Paulo. Então houve então esse momento a meu ver assim e acho muito importante a gente estar tendo a oportunidade de falar sobre ele, tenho certeza que a Samira vai abordar, o Jésus, porque o ano, os anos 70, sobretudo 77 fica meio imprensado na história da luta contra a ditadura militar no Brasil. Se lembra de 68 e é com razão, foi um momento importante, com a Passeata dos Cem Mil, etc, mas 77 foi também crucial porque essa, foi um momento em que o fato de que nós reconquistamos as ruas a partir do movimento estudantil, acabou se inserindo num contexto maior de articulação que já ocorria na sociedade. Nós tivemos a SBPC, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência exatamente em julho de 77 em São Paulo, que foi um grande momento da articulação da intelectualidade contra a ditadura militar, vamos falar a verdade, estavam lá Lula, estavam lá Fernando Henrique Cardoso, estavam lá Darci Ribeiro, Terezinha Zerbini, Dona Helena Greco, enfim, há um momento onde se rearticula e se inicia a construção dos comitês brasileiros pela anistia. Aqui em Minas Gerais, o movimento feminino pela anistia, que vai desaguar em 78 exatamente nas greves operárias do ABC não é? Com as primeiras manifestações operárias contra o arrocho, liderados pelo sindicato dos metalúrgicos de São Paulo. Aliás, de São Bernardo, mas que se articulava já com os movimentos, embora naquela época nós saibamos que o movimento sindical, sobretudo as lideranças expressivas como o Lula, tinha uma certa ojeriza com a participação política, ainda que eram dominados por uma visão economicista de que a luta se resolveria no campo econômico e a política era de certo modo secundário. Então a retomada do movimento, se há uma repressão violenta e todos nós aqui de alguma forma tivemos a experiência de sermos presos, levados para o DOPS, sermos provocados pelos agentes lançando ali dentro do DOPS. Eu me lembro, uma vez que eu fui preso aqui na Igreja de São José a provocação, fui colocado num camburão, ficaram circulando comigo durante o período que a manifestação não se realizava no centro de Belo Horizonte, eu fui preso às 03 da tarde. A manifestação era às 05, ficaram circulando comigo dentro do camburão. Quando eu cheguei lá no DOPS para a famosa triagem houve a provocação era, passava um e jogava o gás lacrimogênio dentro da sala que eu estava. E ali eu chorava

copiosamente, não sei se de medo, ou por causa só do gás lacrimogênio, mas enfim, todos nós de alguma forma sofremos isso. Mas apesar disso, o momento era um momento de afirmação da luta, portanto era até uma honra ser preso e enfrentar, ter coragem como fizemos em 78, nos 10 anos de protesto contra o assassinato do Edson Luiz, no calabouço no Rio de Janeiro, onde pela primeira vez retomamos as ruas de Belo Horizonte, a partir da Faculdade de Direito, Samira liderava a mesa em cima naquela época. Saímos às ruas, ocupamos o centro de Belo Horizonte, Tupis, várias passeatas saindo de vários lugares. Nos entrincheiramos na Faculdade, na FACE da UFMG, muitos fomos presos naquele dia. Porém o movimento, eu quero sempre enfatizar isso. É um momento de retomada, é um momento de ascensão, é um momento de enfrentamento e acho que 77 fica um pouco perdido nessa história não é? Da resistência ao regime militar no Brasil. O resultado dessa articulação é o movimento foi a reconstrução da UNE em 1979, no congresso de Salvador. Quem era o Governador então era o Antônio Carlos Magalhães, o Toninho Malvadeza, que surpreendentemente nos deu guarida. Deu guarida inclusive cedendo o Centro de Convenções, que é aquele lá depois do Rio Vermelho, ele estava acabando de ser inaugurado. Inclusive forneceu as quentinhas. Foi o Antônio Carlos Magalhães que forneceu as quentinhas, muita gente passou mal de intestino, inclusive eu. Houve cerco também da Polícia, nas entradas de Salvador, mas naquele momento não conseguiu ou não se teve a legitimidade entre os próprios pares do regime militar para fazer uma intervenção grotesca, dramática como havia acontecido em Belo Horizonte e São Paulo em 1977. Logramos naquela época reconstruir a UNE, um congresso extremamente representativo, com mais de 10 mil participantes. Entre não o lideranças estudantis e delegados eleitos nas universidades brasileiras, mas também para lá fluíram os movimentos que se organizavam não é? Teríamos a anistia no final de 79, mesmo que parcial, com a volta dos exilados a partir de agosto de 79, então o momento de ebulição é que se completaria nesse caso com a reconstrução da UNE nesse congresso de Salvador em 1979. Daí reconstruímos as Uniões Estaduais de Estudantes. Houve durante todo esse período uma repressão localizada, permanente sobretudo quando a gente ia às ruas não é? Quando a gente ousava na reconstrução da UNE por exemplo, em 79, que nós fizemos eleições diretas pelo Estado, vários companheiros da nossa chapa foram presos mesmo no interior. Uberlândia, Uberaba exatamente porque estavam na rua fazendo pichações, convocamos na porta das universidades. Então havia uma repressão latente, permanente. Havia os infiltrados dentro do movimento estudantil. Permanentemente, é só abrir os relatórios e os arquivos do DOPS, que agente vai encontrar essas informações. Eu já tive oportunidade de ver alguns desses relatórios, onde se registra as assembleias, até quem falava o

quê, quem representava qual tendência, qual organização. Qual, quem defendia abaixo a ditadura, quem achava que não deveria defender ainda abaixo a ditadura, quem achava que era Assembleia constituinte, quem achava que não era, quer dizer, o quê que essas forças representavam. Então havia uma fiscalização ou mesmo uma infiltração permanente nos observando, mas como disse, o momento era um momento de retomada, era um momento de avanço. Era um momento que vai felizmente resultar depois posteriormente, nas diretas já em 84, quer dizer é um momento que tem uma particularidade nessa história da luta contra a ditadura militar e que eu fico muito feliz da oportunidade que a comissão está nos dando de podermos abordar esse período com todas as suas particularidades. Eu agradeço o convite mais uma vez e peço antecipadamente desculpas por não ter, poder ficar o dia todo, obrigado.

MARIA CERES: Muito obrigada. É, nós vamos passar a palavra para o companheiro Jésus Santiago, inclusive diz que está meio articulada a fala dele com a sua. Então acho que ele solicitou que a gente passasse a palavra para ele, obrigada.”

JÉBUS SANTIAGO: Bom, queria agradecer à Maria Ceres pelo convite. Para mim é uma honra, um dever, dar testemunho de minha participação política no movimento estudantil. Não é? Queria agradecer também ao meu colega Jorge Pimenta e ao José Francisco. Que de alguma maneira me ajudaram para levantar alguns poucos dados que eu gostaria de testemunhar aqui diante de vocês. O meu depoimento concerne a meus mandatos como presidente do Diretório Acadêmico. Da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG que ocorreu em 75 e 76. Também como presidente do Diretório Central dos Estudantes que foi durante o ano de 1977, 78, exatamente esse período, parte desse período que o Américo abordou. Eu fui também membro da comissão da primeira comissão Pró-UNE que era uma comissão constituída pelos presidentes dos DCE's da época não é? Nessa comissão por exemplo tinha o nosso colega, companheiro de organização política, Aloísio Mercadante. Eu diria não é? Que o modo em que repressão se expressou nessas duas situações, três, não é? Guardam diferenças notórias com o passado da violência que se abateu sobre o movimento estudantil. Verdade, a colocação do Américo não é? Que essas diferenças também dizem respeito ao fato de que nessa época, nós experimentamos toda uma retomada das mobilizações mais de massa, do movimento estudantil. Não é? Mas eu diria que nesses exercícios, não é? Particularmente no mandato do DCE se tratava de um momento em que a violência governamental resultava de um certo declínio da força política dos governos militares. Eu diria que eu tomei conhecimento portanto nessas duas situações, de novas formas de repressão

policial. Sobretudo não é, aquilo que se manifestava via o batalhão de choque da Policial Militar de Minas Gerais. Então eu por exemplo, como dirigente do movimento estudantil, eu não fui torturado, como foram todos os meus colegas, não é? Que tinham responsabilidades políticas junto às entidades estudantis. Não é? Mas eu fui preso. Eu apanhei na rua, numa dessas vezes inclusive nesse evento, que o Américo fez referência, de comemoração lá da morte de 10 anos da morte do Edson Luiz, que foi um evento na coordenado pela Samira Zaidan na Faculdade de Direito que nós saímos em passeata que eu tomei uma cassetetada no pescoço, eu desmaiei e eu fui socorrido por um colega de uma outra tendência política e felizmente, porque a situação ficou complicada para mim nesse, ali na Rua Tamoios ali na virada da Rua Tamoiso, o batalhão de choque esta escondido. E a gente tomou bastante pancada ali naquela situação. não é? Ou seja, esses 02 mandatos eles aconteceram já durante o Governo Geisel não é? Cujas do General Geisel melhor dizendo. Cujas base de sustentação política e social, sofreram abalos significativos? É claro, em função dos movimentos não é? Políticos e populares não é? Que vinham acontecendo já nessa época. Então é.